

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal da Brasil

Class.: Política Indig. Oficial / SPI

Data: 28/03/68

Pg.: PINR 2013

Genocídio Arquivado

A nota ontem distribuída à imprensa pelo Gabinete do Ministro do Interior, acerca do inquérito no Serviço de Proteção aos Índios, é um documento omisso e melancólico. O Ministério está fazendo figura de aprendiz de feiticeiro. Desencadeou uma tempestade que não sabe agora como deter. A tempestade, real e terrível, constituída de gravíssimas denúncias de espolição e tortura de indígenas, levou o Brasil às páginas dos grandes jornais e revistas do mundo. Não é todos os dias que um Governo admite o genocídio em suas fronteiras. Já dissemos e voltamos a dizê-lo: é inútil querer arquivar o inquérito do SPI, e a única maneira de nos provarmos um País civilizado é publicar o inquérito e punir os criminosos.

A nota ministerial que hoje publicamos, palavra e ôca, revela não só pusilanimidade como o desejo de atribuir à imprensa revelações que foram oficiais. Desde o ano passado é o Ministério que deixa escapar tais notícias e, no dia 14 deste mês, o Procurador Jader Figueiredo, presidente da Comissão de Inquérito, deu à imprensa informações aterradoras. Disse coisas assim: "Na Bahia duas tribos Pataxós foram exterminadas pela inculação da varíola, e, em Mato Grosso, os Cintas Largas, vêm sendo dizimados com dinamite atirada de aviões. Os mateiros metralham os índios que escapam das explosões". E assim: "A Comissão trouxe confissões completas de incitamento à prostituição, sérvicias, trabalho escravo, usurpação do trabalho do índio. (...) O genocídio vem sendo praticado impunemente. Os espancamentos, independente de idade e sexo, são praticados na rotina e despertam atenção, quando, aplicados com exatidão, causam a morte". E assim: "O Major-Aviador Luís Vinhas Neves, como diretor do SPI, em dois anos de gestão locupletou-se com NCr\$ 1 milhão e cometeu 42 delitos, desde o assassinato à venda ilegal de terras. (...) Não se pode transigir, com os acusados. A Comissão trabalhou com cautela, evitando brechas para a impunidade. Indiciamos

134 funcionários, demitimos 200 servidores e anulamos 38 efetivações fraudulentas. Sofremos 32 ameaças e seis tentativas de suborno".

Essas ameaças e tentativas devem estar produzindo frutos agora, para que o Ministério distribua nota onde há trechos confusos e envergonhados, mencionando o que "tem sido noticiado com certo sensacionalismo, sendo de atribuir as versões veiculadas, com escândalo, ao acoadamento e precipitação de certos órgãos da imprensa internacional". A vírgula entre a palavra imprensa e o adjetivo internacional é do texto, que parece querer acusar a imprensa das declarações que fez o Procurador, apoiado na autoridade do Ministro. A imprensa, nacional e internacional, fez o que fizeram todas as pessoas que ouviram falar no que apurara a Comissão: horrorizaram-se diante dos horrores descritos. Quando, logo a seguir, a nota ministerial declara que "as autoridades do Ministério do Interior estão no firme empenho de evitar todo e qualquer fomento no sensacionalismo, pelo reconhecimento de que o assunto reclama seriedade e isenção", só podemos chamar a atenção do Presidente da República para o crime de omissão com que o Ministério do Interior se inclina a coroar os crimes que apurou e que não quer mais punir.

As Embaixadas do Brasil em todo o mundo estão sendo assediadas por jornais e por particulares que desejam saber por que se comete genocídio tão a frio no Brasil. A nota do Gabinete do Ministro torna o genocídio uma espécie de rotina nossa. Então é *sensacionalismo* chocarem-se as pessoas com a revelação de atrocidades?

Saiba o Presidente da República que, desta vez, a famosa imagem do Brasil vai parar na lama. Ou se publica o inquérito na íntegra e-se punem os criminosos ou não haverá propaganda que cole de novo os lamentáveis pedaços da imagem de um País que massacrava inocentes e oculta os culpados embaixo da mesa de um Ministro, X